



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade
e Cidadania, com Ênfase em EJA/2014 - 2015

EDMILSON MEDEIROS DE SOUZA
GLEYDSON GONZAGA DE LUCENA
VÂNIA CARVALHO DE ARAÚJO RODRIGUES

**Educação política: exercitando a cidadania na Educação de Jovens e Adultos –
terceiro segmento**

BRASÍLIA, DF
Outubro/2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA/2014 - 2015

**Educação política: exercitando a cidadania na Educação de Jovens e Adultos –
terceiro segmento**

EDMILSON MEDEIROS DE SOUZA
GLEYDSON GONZAGA DE LUCENA
VÂNIA CARVALHO DE ARAÚJO RODRIGUES

JAIRO GONÇALVES CARLOS E TIAGO FERREIRA RODRIGUES
PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL

BRASÍLIA, DF - Outubro/2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI
III Curso de Especialização em Educação na
Diversidade e Cidadania, com Ênfase em
EJA/2014-2015

EDMILSON MEDEIROS DE SOUZA
GLEYDSON GONZAGA DE LUCENA
VÂNIA CARVALHO DE ARAÚJO RODRIGUES

**Educação política: exercitando a cidadania na Educação de Jovens e
Adultos - EJA – terceiro segmento**

Trabalho de conclusão do III Curso de
Especialização em Educação na
Diversidade e Cidadania, com Ênfase em
EJA/2014-2015, como parte dos requisitos
necessários para obtenção do grau de
Especialista na Educação de Jovens e
Adultos.

Prof. Dr. Jairo Gonçalves Carlos
Professor Orientador

Prof. Tiago Ferreira Rodrigues
Tutor Orientador

Prof. Tiago Oliveira Nunes
Avaliador Externo

BRASÍLIA, DF - Outubro/2015

RESUMO

A consciência do indivíduo e a sua cidadania política, como princípio, podem ser percebidas através de suas atitudes e discursos, dentro do seu grupo. Esta consciência política, buscada nesses termos, poderá proporcionar uma visão ampla sobre a construção do exercício da cidadania, distinguindo os conceitos relativos à atuação política do indivíduo, na relação entre a teoria e a prática. Os caminhos e os expedientes de tomadas de decisões políticas demandados das diversidades humanas enfrentadas no cotidiano social, refletem e alteram os percursos pelos quais o indivíduo se percebe como cidadão. Este Projeto, no 3º segmento da EJA, tentará combinar os elementos conceituais e teóricos da visão e da prática/natureza do processo político, mediante educação formal, proporcionando os instrumentos teóricos e práticos necessários à promoção do bem estar social, ao alcance de todos, por meio da construção coletiva da cidadania. Objetivando estimular o estudante a se interessar por assuntos relacionados à política local e nacional, além de motivar ações sociais mais efetivas e proporcionar mudança de hábito nas atitudes do dia a dia.

Palavras-chave: educação, política, cidadania, sociedade, indivíduo.

ABSTRACT

The awareness of the individual and their political citizenship, as a principle, can be seen through their attitudes and discourses within their group. This political awareness, sought in these terms, can provide a wide view over the construction of citizenship, distinguishing the concepts relating to an individual's political activity, the relationship between theory and practice. The ways and expedients of political decision-making of the defendants faced human diversity in everyday social life reflect and alter the pathways by which the individual is perceived as a citizen. This project on the 3rd segment of the EJA try to match the conceptual and theoretical elements of the vision and practice / nature of the political process, through formal education, the theoretical tools and practical necessary for the promotion of social welfare, accessible to all, through the collective construction of the citizenship. It aims to encourage students to take an interest in issues related to local and national politics. In addition, to motivate more effective social actions and providing habit change in the attitudes of the day to day.

Keywords: education, politics, citizenship, society, individual.

SUMÁRIO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPONENTE(S)	7
1.1 NOME	7
1.2 TURMA.....	7
2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	7
2.1 TÍTULO.....	7
2.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA: LOCAL.....	7
2.3 INSTITUIÇÃO:	7
2.4 INSTÂNCIA INSTITUCIONAL DE DECISÃO:	7
2.5 PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA:	8
2.6 PERÍODO DE EXECUÇÃO:	8
3 AMBIENTE INSTITUCIONAL	8
4 JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA	16
4.1 ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NO PROBLEMA	19
4.2 CONFLITOS E/OU CONFRONTOS NA LOCALIDADE EM FUNÇÃO DO PROBLEMA	20
4.3 IMPORTÂNCIA DO PROBLEMA PARA A COMUNIDADE LOCAL	25
4.4 POR QUE O PROJETO DEVE SER IMPLEMENTADO?	27
4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O PROBLEMA IDENTIFICADO	29
5 - OBJETIVOS	30
5.1 OBJETIVO GERAL.....	30
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	30
6 - ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES	30
7 CRONOGRAMA (1ª PARTE)	32
8 PARCEIROS	33
9 ORÇAMENTO	33
10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	33
REFERÊNCIAS	35

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPONENTE(S):

1.1 NOME (s):

Edmilson Medeiros de Souza, Gleydson Gonzaga de Lucena e Vânia Carvalho de Araújo Rodrigues.

1.2 TURMA:

Grupo 10.

2 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

2.1 TÍTULO:

Educação Política: exercitando a cidadania na Educação de Jovens e Adultos - Terceiro Segmento.

2.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

Local.

2.3 INSTITUIÇÃO:

Nome: Centro Educacional 07 do Gama - DF (CED 07 do Gama).

Endereço: EQ. 15/17, Praça 01, Lote 09, Setor Central - Gama (Lado Leste).

2.4 INSTÂNCIA INSTITUCIONAL DE DECISÃO:

A princípio, o Centro Educacional 07 do Gama – DF. No futuro, se outras escolas se interessarem pelo projeto, poderão implantá-lo com as devidas adaptações à realidade local.

2.5 PÚBLICO AO QUAL SE DESTINA:

Estudantes do Centro Educacional 07 do Gama, com idade escolar acima de 18 anos e regularmente matriculados na modalidade Educação de Jovens e Adultos-EJA (3º Segmento). Os discentes moram no Gama e nos municípios goianos do entorno da cidade. É necessário observar, que a escola atende também ao público do entorno: há alunos do Pedregal, Valparaíso, Cidade Ocidental, Jardim Ingá, Luziânia, entre outros. A escola se encontra na zona urbana, localizada próximo à rodoviária (ver figura 1 e fotos 1 e 2).

2.6 PERÍODO DE EXECUÇÃO:

- Início (mês/ano): 01/03/2016 Término (mês/ano): 01/03/2018

3 AMBIENTE INSTITUCIONAL

A escola foi inaugurada em 1977, porém, se chamava Escola Classe 27, e localizava-se na EQ16/18 Praça AE – Setor Central – Gama - DF. Mas, no ano de 2000 passou a Centro de Ensino de 1º Grau 13 do Gama e depois se tornou Centro de Ensino Fundamental 13 do Gama. A partir do dia 07 de abril de 2003, aconteceu a mudança de endereço, para um prédio novo localizado na EQ 15/17 Praça 01 Lote 09 Setor Central – Gama - DF (ver figura 1, e fotos 1 e 2).

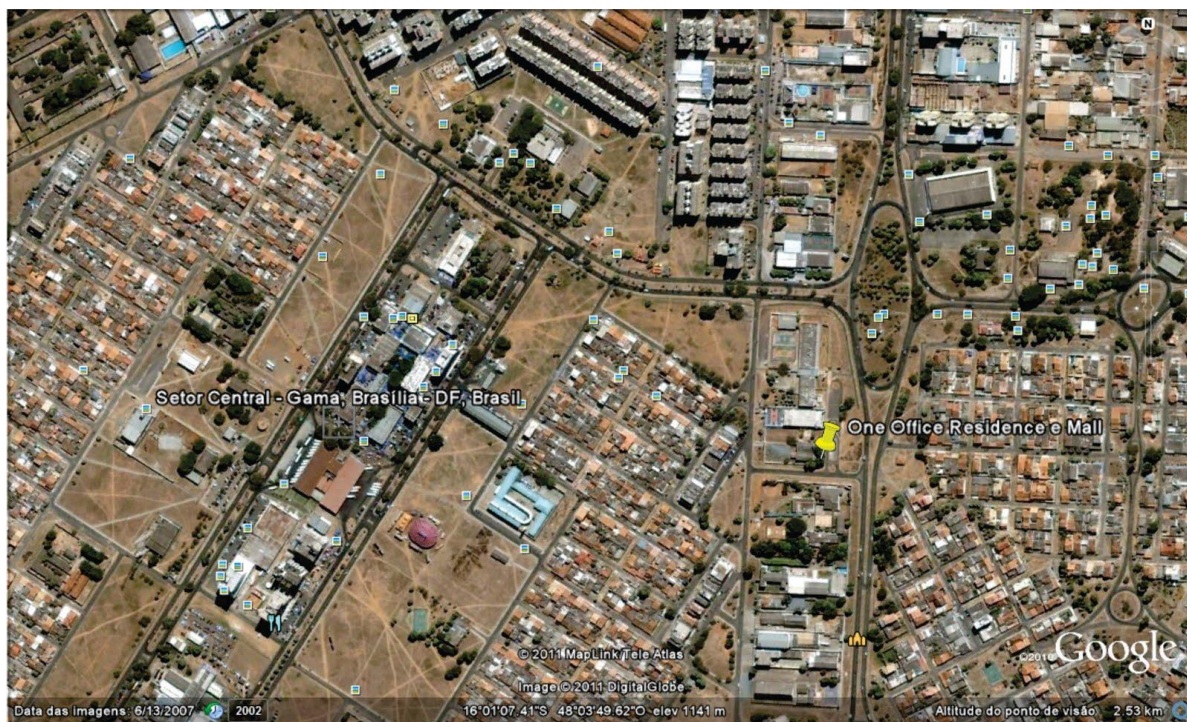


Figura 1: Setor Central da cidade do Gama-DF. Ao centro da figura, com telhado de cor azul, observa-se a escola CED 07 do Gama. A sua frente (oeste) o telhado da cor marrom - Rodoviária do Gama - e o comércio central da cidade. Fonte Google Earth. Ano: 2007/2008.

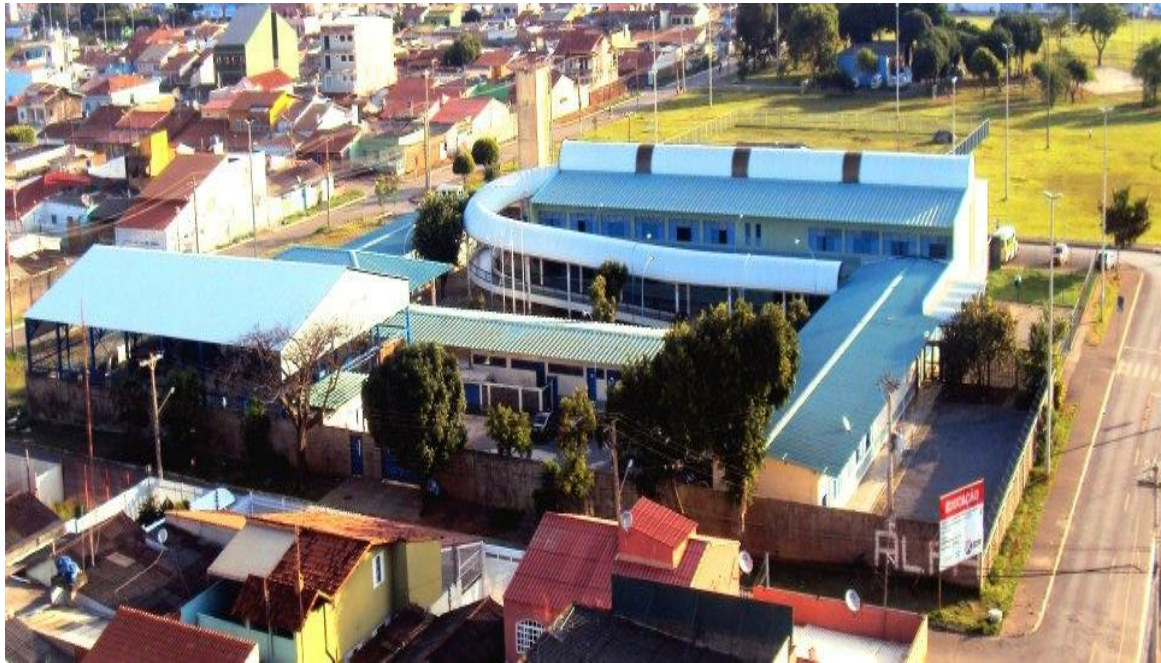


Foto 1: CED 07 do Gama – DF (frontal).



Foto 2: Visão da entrada do CED 07. Fonte: página no *Facebook*. Ano: 2014.

Em 2005, o nome da escola foi modificado para Centro Educacional 07 do Gama-DF, por ofertar duas modalidades da educação básica: o Ensino Fundamental - anos finais (do 6º ao 9º ano) e a Educação de Jovens e Adultos (3º segmento – Ensino Médio).

No turno noturno, a EJA conta com cinco turmas de 1º ano, 5 turmas de 2º ano e 4 turmas de 3º ano. No segundo semestre de 2015 e, conforme o Projeto Político Pedagógico – PPP (2014, p. 18) da referida escola, ela teve em 2013, a seguinte situação na EJA:

Tabela 1: Turno Noturno – EJA - 2º SEMESTRE de 2013/2014

Situação	1ª Etapa	2ª Etapa	3ª Etapa
Aprovados	116	133	110
Reprovados	13	25	04
ABA*	165	98	42
Total Geral	294	256	156

Fonte: PPP – Projeto Político Pedagógico – 2014 – CED 07 do Gama-DF

* Abandono

Observa-se uma grande evasão escolar em 2013 (ABA), semelhante a de outros anos e no presente semestre não está diferente. Por exemplo, uma das turmas envolvidas no projeto (turma E da 1ª etapa) tem quase 40 estudantes matriculados e apenas entre 7 e 10 frequentes (ver foto 3).



Foto 3: Aula com estudantes da 1ª etapa do 3º Segmento - EJA: discutindo o conceito de Cidadania na Grécia Antiga, na sala de aula de História. Nota-se o pequeno número de alunos frequentes, a maioria jovem.

Atualmente, o Centro Educacional 07 do Gama - DF (CED 07 do Gama) tem como diretor o professor Leônicio Mackenttoch Garcia Nunes e como vice-diretora a professora Nivane Camilo da Silva, os quais se encontram na direção da escola desde 2012, quando houve eleição direta e estes foram eleitos pela comunidade escolar.

Quanto à estrutura da escola, observa-se que há grande preocupação em manter espaço físico limpo e bem arejado (ver fotos 4, 5) e com a acessibilidade (ver foto 6).



Foto 4: Pátio interno da escola. Fonte: página no *Facebook*. Ano: 2015.



Foto 5: corredor interno de acesso às salas de aula. Fonte: página no *Facebook*. Ano: 2015.



Foto 6: Rampa de acesso ao 1º andar onde fica parte das salas de aula.
Fonte: página no Facebook. Ano: 2015.

Embora, não tenha auditório e nem ginásio poliesportivo fechado, problema semelhante a da grande maioria dos estabelecimentos de ensino fundamental do Gama, o CED 07 conta com a seguinte estrutura, segundo o PPP:

- 18 salas de aula [ver foto 7];
- 01 sala para laboratório de Ciências Naturais;
- 01 sala para Artes;
- 01 quadra de esportes (coberta), [ver foto 8];
- 01 biblioteca [ver foto 9];
- 01 cantina com depósito de alimentos [ver foto 10];
- 01 secretaria;
- 01 sala de professores [ver foto 11];
- 01 sala para direção e vice-direção;
- 01 sala para apoio administrativo;
- 01 sala para apoio pedagógico [ver figura 12];
- 01 sala para APAM;
- 01 sala para servidores;
- 01 sala para SOE;
- 01 depósito para material desportivo;
- 01 sala para os professores de Educação Física;
- 01 vestiário feminino; - 01 vestiário masculino;
- 01 sala para a EJA e Assistência Pedagógica;
- 03 banheiros femininos e 03 banheiros masculinos para alunos;
- 02 banheiros para alunos com necessidades especiais;
- 01 banheiro para os servidores;
- 01 depósito para materiais de limpeza e expediente;
- 01 banheiro feminino e 01 banheiro masculino para professores;
- 01 laboratório de informática.
- 01 cantina comercial

(Fonte: PROJETO, 2014, p. 23-24).



Foto 7: sala de aula. Nesse caso, observa-se uma turma da 1ª etapa da EJA – 3º segmento.
Data: 2º semestre de 2015.



Foto 8: Quadra poliesportiva com cobertura de zinco e estrutura metálica. Fonte: página no *Facebook*.
Ano: 2015.



Foto 9: Cantina e espaço do “lanche”. No período noturno é servido o lanche (merenda escolar) no início do turno noturno para os estudantes jantarem antes da primeira aula, favorecendo assim, aqueles/as que vêm direto do trabalho para a escola. Fonte: página no *Facebook*. Ano: 2015.



Foto 10: Sala coletiva dos/as professores/as. Fonte: página no *Facebook*. Ano: 2015.



Foto 11: Sala coletiva de coordenação pedagógica e de reuniões com os/as professores/as. Fonte: página no *Facebook*. Ano: 2015.

Nas aulas práticas de Educação Física, a escola utiliza, além da supracitada quadra poliesportiva coberta, o pátio coberto próximo à quadra (ver foto 10) e uma quadra esportiva comunitária nas proximidades da escola (esta última, apenas no diurno). Já as

atividades culturais (apresentação teatral, musical, gincanas, shows e palestras) são realizadas no pátio coberto (ver figuras 12 e 13), (PPP, 2014, p. 24).



Foto 12: Pátio coberto onde se realiza alguns eventos da escola.
Fonte: página no *Facebook*. Ano: 1º/2015.



Foto 13: Pátio coberto onde se realiza alguns eventos da escola. Nesta foto, os alunos assistindo ao Sarau da EJA. Fonte: página no *Facebook*. Ano: 1º/ 2015.

Ainda sobre a estrutura material da escola, ela dispõe também de equipamentos eletrônicos (data-shows, aparelhos de som, televisão na maioria das salas, etc.) e esportivos, que ajudam no desenvolvimento das aulas.

Em relação aos recursos humanos, em 2014 o colégio tinha à sua disposição o seguinte quantitativo de profissionais:

- 01 Diretor;
- 01 Vice-diretor;
- 05 Supervisores;

- 06 Coordenadores Pedagógicos;
- 01 Chefe de Secretaria;
- 02 Orientadores Educacionais;
- 02 Auxiliares de Educação Serviços Gerais;
- 03 Professores com Limitação de Função;
- 04 Vigilantes (terceirizados);
- 05 Apoios Administrativos;
- 76 Professores/as;
- 01 secretária;
- 05 cozinheiros terceirizados;
- 12 Servidores de Conservação e Limpeza terceirizados

(Fonte: PROJETO, 2014, p. 25-26).

Destes 76 professores citados na lista acima, aproximadamente 25 lecionam na EJA, sendo que a grande maioria deles trabalha em outras escolas ou em outros órgãos públicos durante o período diurno. No âmbito dos projetos pedagógicos, o CED 07 tem desenvolvido trabalhos envolvendo a interdisciplinaridade. No Ensino Fundamental pode-se citar: o lançamento do livro de poesia (2002-2003); *Gincana das cores, Projeto Você Apita, Reconstruindo valores, Show de Talentos, Soletrando, Atividade de Campo, Jogos interclasses, festas comemorativas, Projeto Copa do Mundo (2014), Projeto Transitolândia, formulação de um Jornal Avenida Ced 07, visitas a creches, asilos, Olimpíada da Matemática, Concurso do Garoto e Garota CED 07 do Gama, Projeto Água (interdisciplinar) - Conferência infanto-juvenil do Meio Ambiente, Passeata da Paz, Concurso de desfile de modas, Eleitor do futuro em parceria com o Superior Tribunal Eleitoral, Rádio no Intervalo, Projeto 50 anos de Brasília.*

E na EJA, há projetos tais como: *Jogos interclasses, Semana de Consciência Negra, Olimpíada da Matemática, feiras culturais, Mostra cultural/ Sarau EJA* (ver foto 13, na página anterior), projeto *Superação Jovem- EJA*, entre outros (PROJETO, 2014, p. 24).

Nota-se que a escola possui uma boa dinâmica para promover a interação social e a cidadania entre os estudantes do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos. O que reforça a ideia de que o projeto de intervenção possa vir a ser implementado com sucesso e passe a compor o calendário de atividades dessa instituição.

4 JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

O Projeto, ora denominado Projeto de Intervenção Local – PIL, tem por objetivo promover a conscientização política do estudante, visto a princípio, como cidadão politizado, nos aspectos teórico e prático. Diante do atual quadro de descrédito das instituições políticas, principalmente, no que se refere à falta de confiança nas instituições do poder executivo e legislativo, a necessidade de educar politicamente o público-alvo da

EJA, passa pela seguinte indagação: o professor é capaz de promover a conscientização do indivíduo para tornar-se mais atuante no âmbito da política? Como o professor da EJA poderá despertar outras formas de consciência política nesses jovens e adultos?

Mediante as indagações norteadoras apresentadas, é possível identificar que o estudante poderá ser incentivado de forma proativa a buscar melhorias para sua comunidade, mediante conhecimentos teóricos e práticas de ações politizadoras (educação no trânsito, educação ambiental, educação política, interesse por ideologias partidárias, funções dos poderes políticos, busca por melhorias sociais, noções de cidadania). Sendo assim, com base em Paulo Freire, podemos compreender a forma pela qual esta consciência política é promovida a níveis de aplicabilidade no dia a dia do cidadão, cujo tema é a violência dos opressores que constroem com as suas ações a desumanização entre os indivíduos. Ele afirma:

A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade [...] não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos (FREIRE, 1987, p. 30).

Em função dessa perspectiva, far-se-á necessário relacionar as práticas educativas formais, ou seja, trabalhar o conteúdo em sala de aula mediante criação de analogias teóricas com a prática da cidadania política vivenciada pelo estudante em seu dia a dia.

De acordo com o Dicionário Aurélio da língua portuguesa, a palavra cidadania tem várias definições: 1. Condição de cidadão com seus direitos e obrigações (cidadania brasileira); 2. O conjunto de cidadãos; 3. Conjunto dos direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos, ou dos mecanismos para o estabelecimento e garantia desses direitos (FERREIRA, 1999, p. 65). Em geral, o Aurélio Ferreira fala da cidadania apenas como o conjunto de direitos e obrigações da pessoa.

Já o cientista político Elias Farah se refere ao termo em questão de uma forma mais ampla e traduz bem a linha de pensamento deste projeto de intervenção. Ele afirma que a construção do ideal de cidadania objetiva prioritariamente a justiça social, com todos tendo acesso aos bens úteis à felicidade do cidadão. Farah afirma também que é importante “a livre participação de todos na criação de mecanismos políticos pelos quais o maior número de cidadãos possa participar das decisões do interesse público.” (FARAH, 2001, p. 4).

Mas, a noção de cidadania poderá ser inserida efetivamente no cotidiano dos estudantes da EJA?

No modelo moderno de sociedade, o indivíduo, entendido aqui como cidadão, deve ser preparado para escolher, autonomamente, os rumos de sua vida, tais como profissão, religião, casamento, partido político e muitos outros. Na prática, há escolhas profissionais que acabam por determinar a conduta do cidadão de forma positiva ou negativa. Por exemplo, certas condições podem influenciar na escolha profissional, como ser professor e (ou) policial, mas o é, não porque gosta, mas devido a falta de oportunidades e isso pode ser gerado pela necessidade econômica do cidadão. Será que as escolhas referentes à profissão seriam mérito de poucos e necessidade de muitos?

A escola foi primeiramente pensada como espaço de formação e valores para esse indivíduo. Nela, quando se aprofunda os estudos teóricos e se começa pensar de forma crítica, isso poderá causar, ao longo do processo de movimentação social, dentro do seu grupo social e espaços sociais, uma melhor visão de onde e como ele participaria na busca de seu lugar na sociedade. Sem entrar na natureza e especificidades institucionais da escola, sabe-se que nesses ambientes existem leis, regras, normas, dentre outros fatores, que obrigam todos os cidadãos a uma permanência mínima na escola (RAMALHO, 2012).

No recorte deste PIL (Projeto de Intervenção Local), dá-se ênfase no sentido de não ter apenas um caminho a ser seguido - somente para a formação geral ou para a formação profissionalizante. Desenvolver uma educação que promova a cidadania politizada pressupõe que essa educação não se limite apenas ao mundo do trabalho, mas deve ser ampliada para o desenvolvimento político, cultural e seguir as atuais mudanças sociais da era contemporânea. Sobre essa questão, o professor Rodorval Ramalho afirma:

[...] a escola não tem contribuído para a equalização das oportunidades, não somente pela sua estrutura interna, mas também pelo próprio ambiente de desigualdades que a envolve. [...] a alternativa seria transformar a escola num espaço de resistência e crítica aos valores dominantes, contribuindo para a superação estrutural do modelo em que vivemos (RAMALHO, 2012, p.113).

A História, segundo Bueno (2012), é um fluxo contínuo e dinâmico que, além das indagações metafísicas, ajuda a responder algumas perguntas neste universo; esta história não pode ser e estar aprisionada dentro das escolas e nas suas salas de aula. E a história da cidadania brasileira e seus intrigantes espaços de transição permanente – casa, rua e trabalho - e suas formas de interpretação pela via exclusiva da linguagem oficial, das ditas elites intelectuais brasileiras e que não foi formada pelos espaços generalizados das ruas,

vias e rodas de bar, mas dentro das nossas instituições públicas e espaços institucionais, e a escola está neste grupo, sempre irá apresentar o discurso sedutor, politicamente falando, pois é de natureza sistematicamente normativa, em vias de regras, normas a contento de um grupo e de contextos históricos condensados numa história para o *brasil* e não para o Brasil (com “bês” minúsculo e maiúsculo, respectivamente) (DA MATTA, 1986; BUENO, 2012).

A breve análise histórica acima ajuda a compreender que nem sempre o sistema de educação pública conseguiu fornecer uma base sólida para o educando, no que se refere a sua formação enquanto cidadão. Assim, reitera-se a necessidade do atual projeto de intervenção, que vem para dar esse suporte no tocante à noção de cidadania e de participação política para os alunos da EJA do CED 07 do Gama.

4.1 ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NO PROBLEMA

Segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação – Lei 9.394/1996, no seu artigo 38, os atores da Educação de Jovens e Adultos - EJA poderão ter acesso a esta modalidade desde que sejam maiores de 15 anos de idade, no caso, do ensino fundamental, e ser maior de 18 anos, no caso do Ensino Médio (BRASIL, 1996).

A realidade da EJA no CED 07, atualmente, é marcada pelo crescente número do público jovem: a LDB facilita a troca da modalidade regular para a EJA, de acordo com este critério de faixa de idade, na denominada de correção de fluxo escolar.

Além dessas possibilidades, outros fatores são considerados adequados à realidade social de cada aluno, tais como a reprovação, a falta de oportunidade escolar, o aumento da violência urbana, a criminalidade infanto-juvenil, a evasão escolar, muitas vezes em prol do trabalho, entre outras variantes que podem levar o aluno a buscar a EJA. Essa realidade é confirmada no documento Retratos da Escola:

A realidade apresentada pelos dados do IBGE (2000) é a de que à medida que avança a idade, há menos matrículas, portanto, aumentam os índices de quem não concluiu e não está frequentando nenhuma escolarização (RETRATOS DA ESCOLA, 2014, p. 293-301).

O público-alvo do CED 07 também possui tais características mencionadas no parágrafo acima. O que é preocupante, pois a finalidade da EJA seria, na sua concepção, fornecer educação formal ao trabalhador adulto e (ou) jovem. Sabemos que o resultado de um público mais jovem matriculado na EJA e com objetivos diversos, dificulta o

desenvolvimento de atividades pedagógicas para a geração mais experiente de adultos, o que também pode levar à evasão escolar e (ou) mesmo à falta de estímulo em matricular-se na EJA ou continuar os estudos. Do outro lado, o jovem vê a prática da evasão escolar como resultado da falta de pré-requisitos dos conteúdos programáticos de cada disciplina exigidos em cada modalidade de ensino, por onde já teria frequentado. Portanto, diante desse cenário instável, nasce a necessidade de se repensar novas estratégias educacionais, o currículo, o acesso e, como a questão elencada aqui neste PIL, a conscientização política, que poderá ajudar esse aluno trabalhador a ter mais consciência das questões que envolvem o seu dia-a-dia, incluindo aí a sua formação cognitiva e cidadã.

Segundo levantamento do corpo docente da escola, feito em 2014, no âmbito do Pacto Nacional para o Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), a maioria dos alunos da EJA do CED 07 são jovens com até 25 anos que foram terminar os seus estudos no turno noturno para poderem trabalhar ou porque, devido à repetência ou desistências, atingiram uma idade inadequada para estudarem no turno diurno (como é o caso dos alunos da foto 3, na página 10). Ou seja, aquele aluno adulto que veio do interior e que não teve oportunidades de estudar na infância (modelo típico de discente na EJA há anos atrás) vem diminuindo a cada ano, pelo menos na escola em questão.

4.2 CONFLITOS E/OU CONFRONTOS NA LOCALIDADE EM FUNÇÃO DO PROBLEMA

Os professores envolvidos no projeto, ao diagnosticarem a realidade da clientela da EJA do CED 07 do Gama, conseguiram apontar, pelo menos, três principais problemas, entre outros, que poderiam ser abordados com o projeto de intervenção. São eles: a questão da segurança, o problema da dificuldade de acesso ao trabalho e à escola, ou seja, do transporte público (ver foto 14), e os caóticos serviços de saúde prestados à população, em especial do entorno. Cabe analisá-los e procurar desenvolver tais temas em meio as discussões sobre a participação política.



Foto 14: Aula prática com estudantes do 1º ano – EJA, sobre temas relacionados ao PIL. Aqui se discutiu os principais problemas da comunidade escolar: no quadro foram elencados cinco deles.

O logradouro onde a escola se encontra, é cercado de ampla urbanização, um comércio local, um centro de línguas e um terminal rodoviário (como se vê na figura 1, na página 8 e nas fotos 1 e 2, na página 9), mas com variantes que podem facilitar a criminalidade: o CED 07 é próximo da rodoviária do Gama e próximo de agências bancárias, tais como, a Caixa Econômica Federal, Bradesco, Banco de Brasília e Banco do Brasil (ver fotos 15 e 16). Verifica-se que há um nível de vivência de uma rotina social com um intenso fluxo vindo do comércio local e outros aparelhos urbanos. Segundo relatos dos estudantes, durante a noite, a falta de segurança faz com que os pequenos delitos cometidos por menores aos estudantes do CED 07, seja uma prática corriqueira.



Foto 15: Rodoviária do Gama (perspectiva leste-oeste/sul). Ano: 2015.



Foto 16: Área comercial de frente da escola: lojas e bancos (perspectiva leste-oeste/centro). Ano: 2015.



Foto 17: Entrada da escola no período noturno. Os alunos temem por assaltos nas redondezas da escola.

Fonte: página no *Facebook*. Ano: 2014.

Além do problema de segurança nas redondezas da escola (ver foto 17), é recorrente também os relatos de falta de segurança nas localidades onde os alunos residem. Faz-se necessário ressaltar que muitos estudantes do CED 07 do Gama, mais de 50% do corpo discente, segundo o PPP da escola, moram no entorno sul do Gama, em especial nos municípios de Novo Gama e de Valparaíso de Goiás (PROJETO, 2014, p. 10), historicamente regiões com graves índices de criminalidade.

Há a necessidade, portanto, de se conscientizar politicamente a comunidade escolar para atuar junto às autoridades públicas de segurança, neste caso, a fim de minimizar a atuação de meliantes no setor no qual se encontra este estabelecimento de ensino, nas horas de entrada e saída da escola e nos locais de residência, seja no Gama ou em Goiás.

A questão do transporte mostra-se claramente como um dos mais graves problemas para os alunos da EJA, visto que a grande maioria reside longe da escola, grande parte até fora da cidade, e, conseqüentemente, necessitam do serviço de transporte para poderem estudar regularmente. Nesse sentido, é bastante comum se ouvir relatos de desistências e faltas constantes por causa das dificuldades de acessar a escola, apesar da escola estar localizada perto da rodoviária da cidade. Há queixas desde a falta de ônibus para certas localidades, até horários impróprios das linhas que servem a região. Sem dúvida, uma mobilização organizada da comunidade escolar nessa área poderia ser bastante positiva, podendo ter efeitos inclusive na diminuição da evasão escolar, tão intensa na modalidade da EJA.

A péssima qualidade dos serviços públicos de saúde no Brasil não constitui uma novidade. No caso específico que este trabalho interventivo se propõe a analisar, se dá na insuficiente rede pública de saúde da região do entorno do Gama e que, conseqüentemente, sobrecarrega o sistema de saúde do Distrito Federal, em particular, o da cidade do Gama por se encontrar mais próximo dos municípios goianos, já mencionados (ver figura 2). Essa realidade é reconhecida em levantamento feito em 2010, pelo governo de Goiás e a prefeitura de Alexânia - GO, constatando que os municípios dessa região:

[...] caracterizam-se por um crescimento populacional extremamente elevado (taxa média de crescimento geométrico para a população urbana igual a 9,13% de 1970 a 2000), um elevado índice de urbanização (média em 2000 de 88%), uma carência de vagas nos estabelecimentos de ensino (médio e superior), bem como, nos estabelecimentos de saúde e que vem agravando a cada dia, criando-se uma dependência crescente em relação ao Distrito Federal. Esta dependência fundamenta-se qualitativa e quantitativamente pela infra-estrutura e equipamentos instalados no Distrito Federal (GOIÁS, 2006, p. 23).

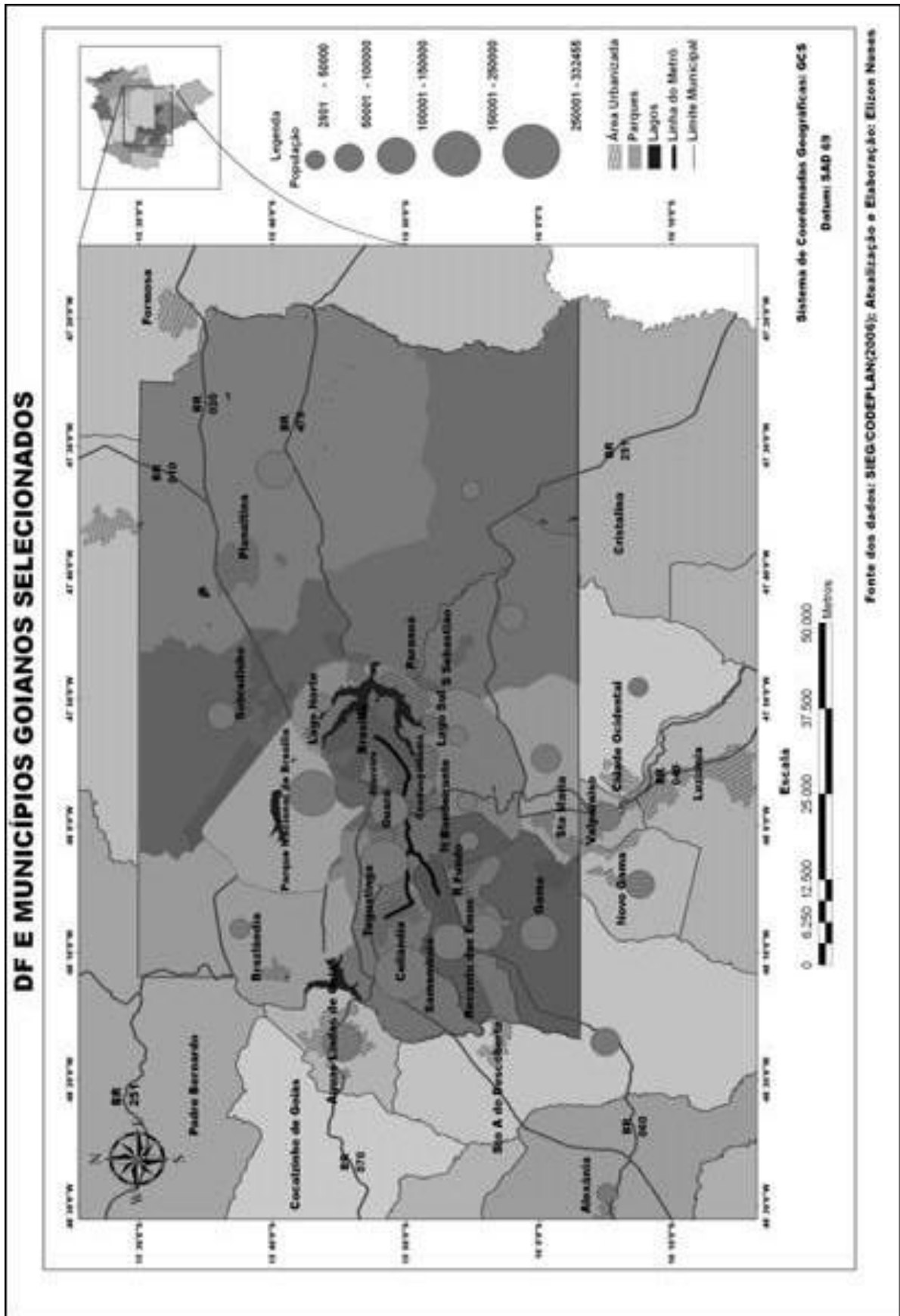


Figura 2: Mapa do DF e região do entorno de Goiás, em especial, os de Valparaíso, Novo Gama, Cidade Ocidental e Santo Antônio do Descoberto, que são os mais próximos do Gama. Fonte: CODEPLAN, 2006.

A essa pressão sobre os serviços públicos do DF, não somente de saúde, por parte da população do entorno soma-se ao fato que a população do Gama já é de baixo poder aquisitivo, o que torna a população mais dependente do poder público. Levantamento da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) de 2011 mostrou que a renda mensal (*per capita*) dos habitantes do Gama é de 6,61 salários mínimos, ficando abaixo da média geral do DF de 8,5 salários mínimos e atrás de 15 outras regiões administrativas de um total de 30 pesquisadas. A taxa de analfabetismo na cidade do Gama-DF é a 5ª maior do DF (5,22%), e também se apresenta pior que o índice médio do DF (3,71%) (DISTRITO FEDERAL, 2011).

Outro indício dessa situação socialmente negativa é que no Gama é baixo o percentual da população detentora de planos de saúde, sendo elevada a demanda por serviços públicos de saúde. Há apenas um hospital público na cidade (DISTRITO FEDERAL, 2013).

Neste contexto, o PIL busca desenvolver a educação política dos alunos, visando, por sua vez, efetivar mudanças nas práticas sociais que afligem contrariamente os seus direitos constitucionais. Com isso, os pleitos e demandas de todos, enquanto indivíduos e cidadãos conscientes dos seus plenos direitos garantidos à segurança e acesso à escola, podem fazer a diferença na tomada de uma conscientização, ainda que tardia, naquela comunidade escolar.

4.3 IMPORTÂNCIA DO PROBLEMA PARA A COMUNIDADE LOCAL

O termo política não pode ser definido unicamente pela tomada de decisão em momentos eleitorais, como comumente fazemos esta relação. Deve ser uma prática interiorizada no exercício da cidadania, como meio de resoluções de conflitos na comunidade local. Além das demandas principais elencadas do tópico anterior, outras também deverão ser agregadas, pois são importantes ao afetarem o dia a dia dos alunos do Centro Educacional 07 do Gama – DF, tais como a questão da falta de transporte escolar e outras descritas a seguir.

Entre os temas prementes a serem discutidos pela comunidade escolar, a questão do tráfico e o consumo de drogas estão entre os mais urgentes. O diálogo entre os moradores e estudantes é fundamental para iniciar a prática política e, se possível, tentar criar novas alternativas para diminuir tal delito e erradicá-lo daquela comunidade.

Outra questão importante é a do meio ambiente, pois os estudantes irão aprender a identificar a importância da flora e fauna local para a qualidade de vida da comunidade

local, inclusive realizando ações práticas como a plantação de árvores e cuidados com o solo e água.

Este PIL, dentro do viés da teoria política, e no tocante à prática da cidadania, torna-se um projeto que poderá contribuir para as ações políticas efetivas no meio ambiente. Porque, afinal, as questões relacionadas ao meio ambiente também agregam valores de sustentabilidade social, econômica, dentre outras, e com elas, será possível atingir o bem estar da comunidade local envolvida.

Nota-se, então, que a ação política pode ser inovadora e eficaz para o bem público. Por isso, o foco no PIL é político. As pequenas iniciativas como esta mencionada acima, poderá alcançar a prática de uma *política formal*, ou seja, o voto, no sufrágio universal de tempos em tempos, passa a ser um instrumento de *ideologia conscientizado* e eficaz contra os sujeitos corruptos, por exemplo. A partir do momento que a comunidade vivenciar mais a vida política da sua região e (ou) cidade, mais o despertar por iniciativas maiores poderá acontecer, como é o caso da iniciativa popular de um anteprojeto de lei como a *Lei da Ficha Limpa*, que é uma forma dos cidadãos estabelecerem mudanças nacionais. Como se observa no segundo parágrafo do Artigo 61 da Constituição Federal brasileira de 1988 (*in verbis*):

[...] § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles (BRASIL, 1988, p. 60).

E dez anos após a promulgação da atual lei magna brasileira, foi sancionada pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, a Lei n.º 9.709/1998 regulamenta a participação dos cidadãos no processo decisório nacional: o Artigo 13 e parágrafos da referida Lei afirma que (*in verbis*):

Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

§ 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação (BRASIL, 1998, p. 9).

4.4 POR QUE O PROJETO DEVE SER IMPLEMENTADO?

A educação, por definição filosófica, tem que ser um instrumento capaz de despertar em nossos alunos mudanças de hábitos e comportamentos que aprimorem a tomada de decisão política. A conscientização daquele que é oprimido, passa a vigorar como o principal fator de revolução psíquica, social, política, econômica e cultural, assim como afirma Paulo Freire:

O caminho, por isso mesmo, para um trabalho de libertação a ser realizado pela liderança revolucionária não é “a propaganda libertadora”. Não está no mero ato de “depositar” a crença da liberdade nos oprimidos, pensando conquistar a sua confiança, mas no dialogar com eles. [...] Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação [...], mas resultado de sua conscientização (FREIRE, 1987, p. 45 ss.) .¹

Os estudantes adultos têm certa vantagem na concepção do entendimento dos dilemas do mundo moderno, em relação aos alunos adolescentes da EJA. Os primeiros possuem mais experiências que os segundos, e podem ter acumulado uma maior quantidade de conhecimentos. O empirismo, aqui poderá ser traduzido como parte de uma heurística escolar a partir de suas vivências e as suas experiências de vida, podem oferecer-lhes uma visão mais ampla, julgando o melhor, os prós e os contras de uma situação e resultar uma boa dose de criatividade coletiva.

Este PIL tem esta pretensão de criar as possibilidades de um protagonismo visível e controlado pelas visões de mundo, influenciadas por seus traços culturais de origem e por suas vivências social, familiar e profissional. Também, não se pode esquecer que outros aspectos podem ser trabalhados, tais como a auto-estima, a questão da diversidade religiosa e a consciência cidadã - módulo operante deste PIL - em prática, na formalização de procedimentos sistematizados em sala de aula, quando da aplicação das atividades propostas por este Projeto.²

¹ Paulo Freire foi o primeiro a criar a distinção das figuras do *oprimido* e o do *opressor*, dentro dos processos do fazer educar em sua obra elencada como referência a este PIL. Os processos de se fazer educar, ou “aprender aprendendo”, sobre a moderna tendência que se preocupa no emprego de métodos construtivos na aprendizagem, assim valorizando a criatividade e as descobertas em sala de aula: No universo escolar, nas salas de aula e nos cotidianos desses estudantes estão sendo convalidados os aspectos relativos as suas participações políticas discutidas neste PIL.

² A forma pela qual as atividades foram aplicadas, o uso e as circunstâncias que se estabeleceram, desde então, como resultados esperados, há de se verificar que o período entre a aplicação dessas e os resultados estariam sistematizados em dados numa tabela classificada e categorizada por esses protagonistas, ou seja, o saber sensível do grupo e como qualificar este saber, num futuro encontro, uma vez que o PIL se projeta de forma qualitativa nessas atividades expressas em ações de participação política por parte do grupo trabalhado neste estabelecimento de ensino público do Distrito Federal.

O saber sensível diz respeito ao saber do grupo e o saber do reconhecimento do corpo, originados na relação primeira do mundo concreto fundamentado nas leis, nos ordenamentos jurídicos, a sua fundação e a percepção das coisas, e do outro lado, num universo de valores estabelecidos da reflexão filosófica do seu papel como protagonista da ideia de que pode transformar a sua realidade, o seu conhecimento essencial, da sua vida e de toda a sua comunidade. Os saberes da ciência humana e o conhecimento da história da construção da ciência como parte de outras verdades desconhecidas por esse grupo social, sem que sejam exclusivamente as suas, no saber local independente, construído pelos homens e mulheres do mundo atual, farão por meio dessas ferramentas, abrir as portas para um conhecimento mais formal, mais reflexivo e de uso coletivo.

Nestes termos, pode-se falar agora sobre o PPP (Projeto Político Pedagógico) do Centro Educacional 07 do Gama-DF (CED 07) para a EJA – 3º segmento, levando-se em conta os principais objetivos norteadores desta escola quanto a este segmento da educação.³

A seguir, os principais objetivos que vão nortear a EJA nesta escola:

- Resgatar e suprir a escolaridade do jovem e do adulto no Ensino Médio, visando reparar e propiciar a esta classe de estudantes um ensino mais acelerado e voltado para as necessidades imediatas;
- Adequar o jovem e o adulto para as exigências de um mercado de trabalho competitivo, dominado pela tecnologia e pelas constantes inovações da era globalizada que vivemos;
- Levar os alunos ao entendimento de que o exercício pleno da cidadania de forma consciente e justa, só é possível por meio do desenvolvimento intelectual, ético, moral e afetivo de todos os seres humanos;⁴
- Despertar neste aluno uma postura consciente, crítica e responsável aos problemas sociais para que se torne um cidadão ativo e autônomo em sua vida pessoal e profissional.

Destes objetivos acima, os dois últimos estão mais diretamente ligados à ideia central do PIL, que é fazer com que o aluno desperte para sua realidade social e política, a

³ O atual PPP do CED 07 do Gama-DF, já foi entregue desde o início do ano de 2015, à Coordenação Regional de Ensino no Gama-DF, e o que estamos trabalhando é o do ano de 2014, onde alguns pontos foram acrescentados e (ou) retirados, portanto, os números e outros itens de gráficos e planilhas não vão constituir, a priori, a descrição para este estudo. Entendemos que não há perda de dados qualificados neste caso, porém, os dados a serem construídos, a partir deste PIL, devem estar sistematizados em tempo hábil, a fim de uma apresentação do referido Projeto quando da sua avaliação final.

⁴ Esses princípios norteadores de uma prática escolar, portanto, uma prática política, a serem correspondidos, dentro das atividades propostas por este PIL, estão inseridos no PPP e dão uma certa objetividade a qualquer Projeto que se quer implantar neste estabelecimento de ensino.

fim de promover coletivamente os processos de construção da cidadania, por meio de atos políticos, que se propõem neste Projeto. Desde a formação de grêmio estudantil, participação em conselhos participativos, entre outras circunstâncias que prospere a tomada de decisão política para mudanças no cotidiano.

A EJA no CED 07 do Gama atende um grupo maior de jovens na faixa etária de 18 a 25 anos. Nesse segmento escolar, observa-se que a maioria dos estudantes é composta por adultos estudantes trabalhadores. Percebe-se, também, que essa diferenciação geracional cria um conflito entre eles dentro de sala de aula. Há mais jovens sendo matriculados na faixa etária inicial (18 anos de idade, em conformidade com a legislação que disciplina a estratégia de matrícula a cada semestre, neste estabelecimento de ensino) do que adultos, que têm um histórico de afastamento da escola há mais tempo.

Caberá aos professores regentes inverterem esta situação de conflito e positivá-la, aproveitando o conhecimento dos estudantes mais experientes e interagindo com a geração atual de jovens que formam as séries e turmas na EJA do CED 07 do Gama-DF.

4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O PROBLEMA IDENTIFICADO

Pode-se identificar que o legislador, ao propor políticas afirmativas no universo educacional, gera o reconhecimento das desigualdades sociais, econômicas, étnicas, de gênero entre outras. Para diminuí-las, propõe políticas afirmativas, as quais a longo prazo e (ou) a curto prazo podem gerar mais oportunidades de ascensão social e inclusão social. É contraditório pensar que toda política pública não tende a uma variedade de processos limitadores de atuação política popular. Como é o caso, por exemplo, da política de cotas para negros nas instituições de ensino superior federal imposta pela Lei n.º 12.990, de 9 de junho de 2014, cota para estudantes indígenas e estudantes da rede pública sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio imposta pela Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Há direitos e garantias para com as pessoas portadoras de deficiência e sua integração social imposta pela Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989.

A legislação existe como acesso aos direitos; um meio que deverá ser cumprido por todos, pois, quando há o descumprimento da mesma, há o direito jurídico para poder fazer valer direitos lesados e (ou) cerceados. Por isso, é muito importante discutir e aprender sobre os segredos da teoria política e do discernimento político, para que o estudante e sua comunidade local possam fiscalizar a lei e reivindicar seus direitos, e que seja feito de forma consciente. Aos cumpridores da lei, ou seja, os indivíduos, e o que se espera deles,

como atores desses princípios jurídicos e legais, basta entenderem a importância da conscientização de uma cidadania politizada e o seu exercício de cidadania no estado democrático de direito estabelecido.

Por fim, para reivindicar direitos e fazer valer os nossos direitos temos de ter, minimamente, conhecimento dos processos de construção desses saberes jurídicos estabelecidos por uma história de formação política da nossa sociedade, a sociedade brasileira.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Estimular a aprendizagem política na Educação de Jovens e Adultos – EJA, no 3º segmento (Ensino Médio), mediante conhecimentos teóricos e práticos sobre o funcionamento e a estrutura da política brasileira, a fim de promover a cidadania efetiva nas comunidades locais.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estudar o histórico e a importância da Constituição Federal brasileira;
- Compreender o vocabulário da Constituição Federal brasileira;
- Analisar o formato de um Projeto de Lei no Congresso Nacional;
- Compreender o conceito de cidadania na perspectiva das ciências sociais;
- Estudar a formação dos partidos políticos brasileiros;
- Estudar a importância da educação para promover ações de consciência política no âmbito social, econômico, político, cultural na perspectiva *freiriana*;
- Compreender a importância da cidadania política no cotidiano da comunidade local, regional e nacional;
- Conhecer como funciona o processo eleitoral brasileiro; e
- Promover ações politizadoras na comunidade escolar local.

6 ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES

O PIL será, a princípio, desenvolvido com as turmas de 1º ano (1ª etapa do 3º segmento da EJA). Por se tratar de um projeto amplo, há pretensão de continuar o desenvolvimento do PIL nos demais anos do 3º segmento da EJA (2ª e 3ª etapas), para que o trabalho seja mais diluído e se torne mais eficaz. Os professores responsáveis, a princípio, Edmilson, Gleydson e Vânia (autores deste PIL), irão desenvolver trabalho de pesquisa e trabalho de campo com os alunos. Estes irão registrar seus conhecimentos mediante um portfólio.

A equipe docente da área de ciências humanas da escola poderá participar do desenvolvimento do PIL, de acordo com o tema de sua competência.

As principais atividades desenvolvidas serão:

a) Elaboração de pesquisa sobre *o que é a Constituição?* Neste tópico o estudante terá conhecimento, por meio da leitura e manuseio de um exemplar da Constituição Federal do Brasil de 1988, dos artigos referentes aos **Direitos Fundamentais** (Art. 5º e Art. 6º). O professor responsável irá ensinar aos alunos a lerem os códigos básicos da Constituição, tal como identificar o que é um artigo, um inciso, um parágrafo, um título e um capítulo. Em seguida, será aprofundado, num debate em sala de aula, sobre a relação das garantias, dos deveres e dos direitos na prática social, discutindo entre eles, se de fato é o que acontece nas suas vidas e nos seus cotidianos escolares;

b) Como funcionam os *poderes políticos?* Neste tópico os estudantes irão desenvolver uma pesquisa na Constituição Federal, a partir do Art. 44 ao Art. 56. Estudarão a responsabilidade dos senadores e deputados federais. Também, lerão os Artigos 76, 77 e 84, referentes ao Poder Executivo. E, também, conhecerão as funções do Poder Judiciário, por meio dos Artigos 92 e 93 da atual Constituição Federal;

c) Como funciona o *sistema eleitoral?* Os estudantes deverão ler os conceitos sobre a forma de governo republicano e sistema de governo presidencialista. Trabalhar o conceito de sistema majoritário e sistema proporcional nas eleições brasileiras;

d) Qual a função dos *partidos políticos?* Pesquisar em grupo os itens referentes à estruturação, origem e finalidades dos partidos políticos – Legislação; Fundo Partidário; Arrecadação; Propaganda política; e Isenção tributária;

e) Como o *projeto de lei* é criado? Nesse tópico os estudantes irão desenvolver uma pesquisa sobre o processo de criação de uma **Lei Ordinária** e (ou) **Complementar** - Artigos 59 ao 69.

f) O que é **cidadania** para os estudantes? Relacionar o conceito do senso comum com os conceitos nas ciências sociais/humanas; e

g) Análise da comunidade local: Cada estudante deverá se inteirar de aspectos relacionados à infraestrutura local, qualidade de vida, acesso informacional, acesso ao transporte público, preservação do meio ambiente.

Na conclusão do PIL, os estudantes criarão uma proposta de *projeto de lei*, cujo objetivo é para contribuir no fortalecimento da vida em comunidade local, a sua comunidade.

7 CRONOGRAMA ⁵

* Primeira parte do PIL:

- Março e Abril de 2016 - criação do *portfólio*;
- Maio e Junho de 2016 – desenvolvimento teórico e prático do PIL;
- Agosto e Setembro de 2016 - palestra sobre o atual processo eleitoral no Brasil, tema: “As Eleições de 2014: efeitos e consequências”;
- Outubro e Novembro de 2016 – desenvolvimento final do PIL; e
- Dezembro de 2016 – diálogo sobre a conclusão do trabalho e avaliação coletiva em sala de aula.

* Segunda parte do PIL:

- Março e Abril de 2017 – Criando projetos políticos de acordo com as necessidades da comunidade.
- Maio e Junho de 2017 – Compreendendo a criação de Leis de acordo com o processo legislativo.
- Agosto e Setembro de 2017 – realizando os projetos elaborados no primeiro semestre, dentro da escola, formulados pelos alunos, como meio de intervir no comportamento político dos discentes.
- Outubro e Novembro – analisando as problemáticas e reflexões do PIL.

⁵ O referido PIL deverá ser desenvolvido nesta escola nos anos de 2016 a 2017, haja vista que alguns aspectos relacionados a quanto a sua previsibilidade, demonstração de outros exemplos e a evolução de diversas realidades, quando da efetiva execução do PIL na comunidade local, tendo os estudantes como os principais protagonistas e (ou) multiplicadores deste Projeto. A aplicação e a continuidade deste PIL dependerão da disponibilidade de todos os envolvidos, primeiramente. A dinâmica da continuidade do PIL, nas séries seguintes – 2º e 3º anos neste segmento escolar - dependerá, também, de outros fatores aqui não considerados, tais como a evasão escolar e a transferência dos estudantes de 1º ano para outras escolas no ano de 2016, refletindo na composição de novos componentes para dar continuidade a este PIL no ano seguinte.

- Dezembro de 2017 – diálogo sobre a conclusão do trabalho e avaliação coletiva em sala de aula.

8 PARCEIROS

- Coordenação Regional de Ensino do Gama – CRE do Gama-DF.
- Direção e Coordenação do Centro Educacional 07 do Gama-DF – CED 07 do Gama.
- Corpo docente do estabelecimento de ensino, em especial os professores da área de ciências humanas.

9 ORÇAMENTO

O PIL previsto para 2 (dois) anos consecutivos, a princípio, foi planejado para ser executado dentro da escola em questão e utilizando os seus próprios recursos disponíveis. Com efeito, utilizarão de textos de reflexão do livro didático usado na escola e disponível a todos os alunos, aparelhos eletrônicos da própria instituição como retroprojetores. O acesso ao referido material é facilitado pelo fato de dois dos três professores cursistas serem docentes no CED 07 do Gama. Portanto, a princípio, não haverá necessidade de gastos financeiros.

10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O PIL será desenvolvido em pequenos tópicos, levando-se em conta as pesquisas e as leituras feitas em sala de aula, sobre os temas trabalhados quando da elaboração dos seus *portfólios* individuais. Os estudantes poderão ao longo deste percurso, escrever e reformular suas respostas a cada novo tópico trabalhado (p. 31 e 32 deste PIL). Serão reservadas cerca de 4 horas/aula para que os estudantes possam expor em sala de aula, na forma de seminários, suas respostas e conhecimentos adquiridos ao longo do Projeto. Sugere-se que o valor aritmético deste trabalho – elaboração do portfólio e seminário coletivo – corresponda com cerca de 30% do valor da avaliação semestral.

Este PIL irá buscar a valorização do debate e o espírito crítico de cada estudante, de forma que, quando depararem com certas dificuldades avaliativas possam, em conjunto, minimizar a carga dos processos tradicionais de avaliação e implementarem, por

sugestão, algumas propostas levadas a outros professores, onde serão observados aspectos quanto as impressões dos temas, a participação dos estudantes e os debates que resultarão a partir daqui.

Por fim, será solicitado aos estudantes que escrevam em seus cadernos de anotações, as suas impressões pessoais (coletivas) sobre os tempos – antes e depois – da participação no PIL. Isto gerará o *feedback* de que precisamos no Projeto, e também, esses estudantes poderão atuar como multiplicadores num futuro, incentivando as próximas gerações de estudantes da EJA a “ter uma consciência política, professor!”⁶

O que foi descrito acima, ou seja, os caminhos pelos quais dar-se –á o trabalho desenvolvido com os estudantes da EJA no CED 07 do Gama-DF, quando da elaboração deste PIL, a nível de um detalhamento sistematizado, pré-requisito de uma pedagogia indicada para esse segmento da EJA à luz dos conteúdos programáticos e elencados nas discussões em sala de aula – sem fugirmos da metodologia estabelecida para a construção do PIL, originária deste detalhamento, pois, temos: a) leituras em sala de aula de textos sobre cidadania, democracia, partidos políticos e constituição; b) descrição e respostas de cada tópico discutido em sala de aula (ver p. 31-32); c) propostas de seminários-respostas aos tópicos discutidos em sala de aula pelos estudantes; d) elaboração de um *portfólio* por turma; e e) transcrição para os seus cadernos de anotações das impressões pessoais e coletivas dos debates da participação do PIL.

Estes pontos da metodologia criada para a elaboração do PIL, acima relacionados, não se esgotarão nesses debates em sala de aula, visto que um dos nossos objetivos é formar estudantes-multiplicadores do PIL. Ao final deste processo, por ora, estudantes da EJA, nesta etapa – 1º ano – 3º segmento, possam estabelecer inúmeras relações com outros estudantes da EJA no CED 07 do Gama-DF, bem como na composição de futuros grupos de estudos onde outros elementos de natureza política, social e econômica poderão entrar na lista de prioridades e demandas daquela comunidade escolar.

⁶ Afirmação de um estudante quando se propôs, numa aula, falar sobre política brasileira nos dias de hoje. Entende-se como um pré-diagnóstico para dar início às atividades referentes ao PIL nas turmas do 1º ano - 3º segmento/EJA - neste estabelecimento de ensino público do DF.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José Jobson de. **História Moderna e Contemporânea**. 2002. SP: Moderna.
- BRASIL. Senado Federal – **Constituição Federal, 1988**. Brasília-DF: Senado Federal.
- _____. Governo Federal – **Lei n.º 9709 de 18 de novembro de 1998** – D.O.U de 19/11/1998, página 9, 1998.
- _____. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- BUENO, Eduardo. **Brasil uma história – cinco séculos de um país em construção**. 2012. SP: Leya.
- DA MATTA, Roberto A. **O que faz o Brasil, Brasil?** 1986. RJ: Editora Rocco Ltda.
- DISTRITO FEDERAL. Governo do Distrito Federal – Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do DF. **Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Distrito Federal - PDAD 2011**. Brasília, 2011.
- DISTRITO FEDERAL. Governo do Distrito Federal – Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do DF. **Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Gama - PDAD 2013**. Brasília, 2013.
- FARAH, Elias. **Cidadania**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.
- FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1987. RJ: Paz e Terra.
- GOIÁS. Governo do Estado de Goiás – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. **Região do Entorno do Distrito Federal – Plano Diretor do Município de Alexânia**. Goiânia, 2006.
- PROJETO Político Pedagógico do Centro Educacional 07 do Gama - DF**, do ano de 2014. Gama – DF, 2014. Disponível em (<<http://sumtec.se.df.gov.br/sistemas/ppp/wp-content/uploads/2014/12/PPP-2014-CEd07-Reformulado-ABNT.pdf>> Acesso em: 10 de set./2015).
- RAMALHO, J. Rodorval. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2012. SP: Vozes.
- RETRATOS DA ESCOLA. **Dossiê PNE 2014- 2024: desafios para a educação brasileira**. In: **Revista semestral da Escola de Formação da CNTE**. Vol. 8 – N.º 15. jun./dez. de 2014. Disponível em: (<http://www.ctareja.fe.unb.br/ava2014/pluginfile.php/301/mod_page/content/3/retratos_da_escola_15_2014.pdf> Acesso em: 10 de set./2015).
- SOLANO, Cleonice Halfeld et ali. Educação de Jovens e Adultos no contexto de redefinição estatal brasileira. 2012. In: **IV Colóquio Internacional – educação, cidadania e exclusão** (<<http://www.ceduca.com.br>>. Acesso em 09 de set.2015).

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 1998. SP: Livraria Pioneira Editora.